

DOM PAULO

Não foi muito fácil conseguir esta entrevista. Primeiro, a viagem para a Alemanha. Se a gente perdesse o dia, viria a vez da Assembléia de Itaici. Graças ao Pe. Gandolfo conseguimos uma horinha, espremida entre o Cônsul alemão, o Prefeito de S. Bernardo e Mário Carvalho de Jesus. Contudo, o Grão Chanceler da PUC mostrou que está por dentro de nossa realidade e tem o que dizer.

OPERÁRIOS NA UNIVERSIDADE

Porandubas: Como entende a missão da Universidade Católica?

D. Paulo: Entendo-a como uma organização que deve fornecer preparo profissional de boa categoria para cumprir uma missão especial. Ela também deve, diante de um capitalismo e socialismo cansados, preparar uma nova síntese da sociedade, perspectiva, um novo caminho para a cidade e para a sociedade no sentido dos movimentos democráticos. Em segundo lugar eu imagino, e esse é meu grande sonho, a Universidade a serviço do povo. Que ela não só lute para que haja justiça social, para que o povo participe dela, mas que os filhos do povo também cheguem a entrar na Universidade. Que ela seja para o povo, mas também seja do povo. Agora, isto é uma caminhada, se que isso não pode ser feito dentro das atuais circunstâncias em que a Universidade tem que pagar-se a si mesma. Não podemos ver este sonho de uma hora para a outra, pois isto depende de tantas outras mudanças de instituições diferentes.

Porandubas: Mas enquanto isso, há um meio caminho ainda a ser feito, a Universidade participar da vida do povo.

D. Paulo: É isto que nós temos conseguido. Em parte a Universidade está sendo órgão de escuta do povo, ela está passando um tempo mais prolongado com o povo: universitários passam sábados inteiros, um domingo inteiro, vivendo por exemplo o problema dos loteamentos clandestinos. Não tenho nenhum receio de pedir demais à Universidade, porque ela é a instituição que mais pode e deve dar à sociedade.

NOVAS FORMAS DE GESTÃO

Porandubas: O senhor é muito citado sobre as novas formas de gestão que o senhor pretendia que a PUC tivesse.



Zenetti Foto

D. Paulo: Eu insistia na ocasião da posse da Reitoria atual, e sempre foi o meu propósito, que a Universidade existe para a juventude e que ela, junto com os mestres, os quais são o que a juventude tem de mais ideal, os mestres são a própria juventude realizada — que em conjunto fizessem a gestão junto com os funcionários. Eu disse naquela ocasião, para valer: a Universidade é sua. Mas não me voltem a toda hora para eu tomar iniciativas, não me voltem para eu solucionar questões de diploma ou financeiras, de administração ou outras. Procurem o seu caminho que vocês vão ter todo o apoio. Minha missão é de dar os critérios, favorecer a formação do espírito comunitário e cristão dentro da Universidade, fazer com que ela cumpra sua missão também dentro do campo da liberdade cristã. Continuo hoje com a mesma idéia da gestão comum e de que ela é possível, mas não vamos ser ingênuos, passando de uma hora para a outra a uma forma de instituição que poderia comprometer os resultados. É preciso que haja uma evolução constante.

DINHEIRO

Porandubas: Como é o problema financeiro das PUCs citado na ABESC?

D. Paulo: A Universidade é sempre uma instituição muito cara. Em todos os países é assim. Para resolver esta situação há vários caminhos: das fundações, com a ajuda de ex-alunos de modo que o estudo não onere demais os estudantes; há possibilidades também de o Estado patrocinar a Universidade, e há afinal a possibilidade de o Estado financiar o estudo e o aluno depois restituir a soma gasta. O fato é que não se faz uma Universidade sem um investimento altamente rentável — para o futuro — mas não deve ser para que o estudante depois venha a ganhar muito só para si. A Universidade é para toda a sociedade.

Porandubas: Como é a sua presença na PUC?

D. Paulo: Desde que me formei eu sempre fui professor na Universidade. Mas também trabalhava nos morros: estas duas universidades se completavam. O mesmo desejei e estou fazendo em São Paulo: trabalho na periferia e mantenho sempre o contato com a Reitoria e tudo o que se passa na Universidade mas pensando que as duas universidades devem se completar para todos. Se a Universidade não estiver na periferia não estará cumprindo sua missão. É claro que na parte da administração, na parte acadêmica, vocês têm autonomia quase completa. Quem ocupa os cargos são as pessoas mais indicadas e mais competentes e só posso agradecer aos estudantes por terem entendido o intuito desta Reitoria.

Porandubas: Qual é o papel da mantenedora?

D. Paulo: A mantenedora deu à Universidade o que poucas mantenedoras podem dar: um lugar privilegiado, no centro da cidade e praticamente tudo gratuito porque já existia a construção. Nos primeiros anos, para completar a construção, os bispos de todo o Estado de São Paulo renunciaram a toda contribuição para crisma, e todos os sacramentos e enviaram tudo canalizado para a Universidade. Esse período evidentemente passou. Hoje tudo o que a Igreja pode economizar deve ir para as periferias, para construir centros comunitários onde eles possam se organizar e retomar a história na mão. A Universidade não deve esperar da Igreja nenhum apoio financeiro daqui para o futuro. Agora, pode esperar todo apoio moral, toda a possibilidade de se reagruparem pessoas do mesmo ideal através do apelo da Igreja. Mas canalizar recursos para dentro da Universidade seria tirar dos pobres mais pobres aquilo que a eles é destinado pela própria situação histórica.

Quando cheguei a São Paulo e depois que a própria cidade decidiu que a periferia fosse nossa constante preocupação, eu expus esta situação para os estudantes e professores, numa noite memorável para mim, porque eles compreenderam que os bens da Igreja são para os pobres. Cada semana, sem falhar uma só, construímos ao menos um centro comunitário na periferia. Isto para a Universidade seria pouquíssimo dinheiro e para a periferia é uma possibilidade de se reunirem 5 até 8 mil pessoas.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Porandubas: O que senhor acha do Movimento Estudantil?

D. Paulo: De fato, o Movimento Estudantil oscila muito. Em certa hora imaginávamos que o estudante se interessasse apenas pelo canudo e isso nos desanimou muito. Nós vínhamos servindo a uma classe que daqui a pouco



iria pisar em cima daqueles que nos foram confiados em primeiro lugar, numa atitude bastante materialista. Mesmo que tecnicamente perfeita, a Universidade seria um Brasil separado. Desde o ano retrasado surgiu uma participação dos estudantes nos problemas do menor abandonado, do homem da rua, lembro um simpósio para Psicologia para o homem da periferia etc. O que mais me animou foi quando o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico foi trabalhar na periferia. Já ouvi dizer que se aliaram a eles psicólogos, médicos e gente de outras áreas que iriam completar o trabalho. Acredito que só em contato com a vida, os estudantes vão ser políticos de fato e não serão políticos no sonho. Acho que a Universidade deve preparar os homens para serem políticos e, por isso, a discussão deve ser feita teoricamente em classe e na prática, no exercício fora da classe.

ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES

Porandubas: Como vê as associações de professores, de funcionários que existem na PUC?

D. Paulo: As sociedades intermediárias são indispensáveis para o funcionamento de uma entidade maior. Este princípio foi reafirmado em Puebla. As sociedades subsidiárias como sindicatos e

MEMÓRIA

FOLHA **Ilustrada**

Sábado, 2 de julho de 1977

Porandubas: o velho sonho de D. Paulo Arns

3 **PORANDUBAS**



Apresentando
Linhas e Possíveis da Escrita

Porandubas, em tupi, significa pergunta, notícia, informação, relação.

Porandubas, no meio universitário paulista, está representando tudo isso mais a concretização de um velho projeto inspirado por D. Paulo Evaristo Arns: a PUC — de quem ele é o Grão Chanceler — transformando-se numa instituição que aprofunda o conhecimento dos problemas populares ao mesmo tempo em que espalha suas análises e explicações.

Com uma tiragem de 2.300 exemplares, o órgão oficial da Reitoria da PUC, no seu 3.º número, reúne as resenhas e críticas do "Simpósio sobre Cultura do Povo", realizado em maio pelo Instituto de Estudos Especiais e pelo Centro de Estudos da Cultura Contemporânea — e reafirma a crença de que está surgindo um profundo e generoso Movimento Universitário.

Sergio Gomes



foto Zaietti

associações não só estabelecem o diálogo com a direção mas com outros segmentos da sociedade: que essas associações nunca sejam isoladas, fechadas nas reivindicações de seus filiados, fechadas para o resto da sociedade. Se isso acontecer, em breve seus participantes tornam-se inimigos entre si e destroem a entidade. Assim, as entidades devem considerar dois aspectos: o que compete aos associados e também o que é comum de todos, à própria Universidade e à sociedade.

Porandubas: Como Puebla entendeu a Universidade?

D. Paulo: Não acredito que Puebla tenha acrescentado ao que Buga já disse: à Universidade cabe preparar os profissionais e colocar os estudantes em contato profundo e duradouro com o povo. Outra meta da ação da Igreja é levar em conta o jovem, em tudo o que faz canalizando seu entusiasmo e suas aptidões para uma ação construtiva. A opção inicial em Puebla foi pelos pobres e pelos jovens.

477

Porandubas: Como foi o episódio do 477?

D. Paulo: Declarei ultimamente que os esforços pela Anistia não esquecessem os professores despedidos, os universitários prejudicados, como também os bancários: eles foram muito esquecidos. Depois dessas declarações me enviaram de Brasília um artigo do senador Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação, dizendo que d. Paulo tinha sido vítima, que d. Paulo era um homem ingênuo, acabou sendo ridículo — usou a palavra “ridículo” — no dizer que o 477 tinha feito vítimas. Não fez vítima nenhuma. Então pedi à Universidade Católica que analisasse os efeitos do 477, se ele foi um sol no nosso firmamento, se foi uma estrela no céu da Revolução; o que o 477 foi? Agora verifico que o decreto foi muito mais cruel do que se imaginava. Isto eu gostaria que vocês publicassem, já que é o jornal da Universidade. Enviaremos também uma resposta respeitosa ao ex-ministro da Educação, para dizer da resposta que a Universidade dá em nome de D. Paulo.

HISTÓRIA CRÍTICA

Porandubas: Estamos interessados na história da PUC. Existe até um projeto em andamento. Que linha-de-força o senhor veria neste sentido?

D. Paulo: Gostaria que vocês consultassem monsenhor Enzo, um dos iniciadores e a meu ver um dos grande heróis da

PUC de São Paulo, um homem de maior mérito entre toda essa gente.

Eu veria 3 fases da PUC:

— na primeira fase a PUC foi família, em que todo mundo se apoiava e se conhecia. A PUC era um lugar de encontro em que professores e alunos construíam juntos. Essa fase deu muita esperança, com essa gente abrindo possibilidades de um Brasil muito grande e muito novo e — curioso — formou uma liderança de muita resistência.

— Uma segunda fase um pouco esquisita, em que a PUC cresceu e não sabia bem mais o que queria. Fase um pouco irrequieta em todos os sentidos em que professores eram contratados sem se conhecerem uns aos outros em que começou um pluralismo característico de toda Universidade. Por isso foi uma época também muito rica, de correspondência e um novo tempo, de muito mais

técnica. Parece-me que a PUC se prejudicou um pouco perdendo algo de sua identidade e talvez não sabendo bem entrar nas duas linhas: a do amor e a da construção de uma nova sociedade. Talvez ela tenha inchado um pouco.

— Agora chega uma terceira fase. Faz alguns anos, peço que não aumentem o número mas a qualidade. E que se insista, sobretudo no Pós-Graduação, no homem e na convivência humana. Eu gostaria que essa fase fosse de autogestão, de participação total, de discussão aberta. A única coisa que a Igreja gostaria é que a PUC conservasse seu coração. Coração voltado para o que Cristo deu a sua vida — o homem, e o homem mais pobre que ele tenha esperança: Esta fase me parece que vai amadurecer mais lentamente mas me parece que está na hora de a PUC assumir sua missão de Universidade livre e católica.

DECRETO - LEI 477

“Será que o 477 foi um sol no firmamento da Revolução? Foi uma estrela no céu? O que foi o 477?” Estas indagações de D. Paulo, expressas em sua entrevista aí do lado, de certa forma são respondidas por esta pesquisa que ele mesmo encomendou à Sala de Comunicação-PUC

26//1969-Decretado o decreto-lei 477

— Folha, 10/10/73: Passarinho renunciaria a ministro se a punição a estudante que reivindicou uma passarela diante da faculdade do Rio fosse verdade.

— FSP 16/10/73: Passarinho anula 8 processos em Goiás.

— ESP 26/10/73: Passarinho informa que em 69 houve 215 punições. Quando esteve no MEC, o 477 foi usado 38 vezes e “desclassificado” (não aceito) 54 vezes. O decreto-lei foi aplicado 6 vezes em 1973. Estas informações se deram no âmbito de um debate na comissão de Educação da Câmara, com Lisâneas Maciel.

— ESP 5/12/73: Houve tentativa de CPI sobre o 477 por iniciativa de Aldo Fagundes, líder da bancada do MDB. Contudo desistiu ao ver que não teria as assinaturas suficientes.

—ESP 4/5/74: De 1969 a 1974, 245 estudantes e professores foram enquadrados. Durante o gov. Costa e Silva houve 190 punições e 55 durante o gov. Médici. Em SP foram 6 punições durante C.Silva (1 secundarista incluído). Do total 229 eram universitários, 1 funcionário e 3 professores (aí não se incluem os que foram aposentados pelo AI-5)

—ESP 25/5/74: “O 477 pode ser nocivo na medida em que certas autoridades universitárias quiserem ser mais realistas que o rei. Em 4 anos apareceram 96 casos dos quais foram aplicadas apenas 40 punições” (Passarinho).

— ESP 28/5/74: Ney Braga considera inoportuna a revisão do 477

— ESP 29/6/74: Ulisses Guimarães declara fundamental sua revogação pois é uma ameaça à vida universitária do País, tanto para estudantes como para professores.

— JT 10/9/74: Passarinho aplicou umas “das-mais drásticas, mais desumanas leis do mundo de todos os tempos da História Legislativa” (palavras de Paulo Brossard)

— FSP 8/10/74: Neste dia foi suspenso o mandato e impedidas as atividades do Diretório Acadêmico, enquadrando-o no artigo 3 do decreto, aplicado contra Antônio Carlos de Liz Stefren em Lages, SC.

— FSP 8/10/74: Ney defende 477 em Curitiba como um “instrumento de segurança, traqüilidade e ordem”.

— FSP- 11/10/74: Ameaça a Ant. Carlos Stefren por defender no discurso de posse do D.A. a participação cultural e política do estudante.

— FSP 31/12/1974: Ney declara não ter aplicado o 477 nenhuma vez.

— ESP 22/3/75: Passarinho não comparece dia 21/3 à PUCSP diante dos protestos dos estudantes contra a sua presença. Fora convidado para debate pelo Centro Acadêmico de Direito.

— JT 8/4/75: Foi feito um plebiscito na USP, com início dia 23/4/75 acerca do 477. A ocasião próxima foi próxima a prisão de Ricardo Oscar Komori, Evandir Vaz de Lima e Armando Frontini, presos em julho de 1974 por imprimirem, panfletos subversivos e soltos 50 dias depois por falta de provas.

— ESP 24/4/75: Tentativas parlamentares de revogação:

- 1970: Pedroso Horta, propunha revogação - 1971: J. G. de Araújo Jorge, propunha alterações

- 1971: Néelson Carneiro, propunha revogação.

— ESP 26/4/75: 95% dos votantes da USP são contra o 477. Os votos somaram um total de 70% dos alunos da USP. Odecir Kleim, do MDB-RS propõe a revogação do decreto dia 23/4/75.

— FSP 2/5/75: O plebiscito da USP soma 10 mil votos contra o 477. Celso Matsuda pronuncia-se contra o decreto na Câmara.

— ESP 18/5/75: Passarinho não é aceito na UNB devido a protesto. O mesmo tipo de “boicote” feito no Rio (UFRJ) e na PUCSP.

—FSP 15/2/78: Juarez José Gomez, punido com base no 477 no início de 1977. Universidade Rural de Pernambuco.

— FSP 16/6/78: Segundo Euro Brandão, a não-aplicação do 477 durante tanto tempo “faz crer que aquele diploma não esteja atualizado”.

— FSP 17/5/78: Lafayette Pondé, Presidente do Cons. Fed. Educação: “O 477 é dispositivo que não tem razões de aplicação e pode ser perfeitamente reexaminado”.

— ESP 17/5/78: Celso Matsuda, da ARENA, faz moção contra o 477, aprovada pela Câmara dos Vereadores.

— ESP 14/5/78: Ney Braga expulsou alunos da UnB aplicando a LSN.

— JB 20/2/79: Passarinho aceita revogação do 477 como consequência automática do fim do AI-5.